

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 442/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR; inscrito no CNPJ sob n.º 00.136.858/0001-88, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vilmar Schmoller.

PRESTADOR REGISTRADO: RICAMEDI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Parigot de Souza, n.º 240, Bairro Bortot, CEP n.º 85.504-180, cidade de Pato Branco/PR, inscrita no CNPJ sob n.º 62.182.680/0001-69, neste ato representada por Ricardo Baptista de Almeida, titular do RG n.º *.491.***.* e CPF n.º ***.280.***-**.

Pelo presente instrumento, oriundo do Processo Nº 228/2025, Dispensa de Licitação Nº 014/2025, RP Nº 242/2025, homologado em 19/08/2025, em conformidade com as disposições da Dispensa e seus anexos, Lei n.º 14.133/2021, Resolução CONIMS n.º 58/2023, n.º 60/2023, 109/2023, 07/2025, Ato de Consórcio n.º 069/2024 e suas alterações e demais normas e legislações aplicáveis ÓRGÃO GERENCIADOR e PRESTADOR REGISTRADO, neste ato representado por seus representantes legais ao final subscritos, tem entre si justo e avençado a presente Ata de Registro de Preços, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, inspeção técnica, calibração, qualificação térmica, com emissão de laudos e ART de equipamentos médicos/laboratoriais, odontológicos, de audiometria, fisioterapia, oftalmologia, autoclaves e usinas de oxigênio com fornecimento de peças, conforme condições e especificações constantes na Dispensa de Licitação e Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA SEGUNDA – QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E VALORES

LOTE 1						
ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL FINAL DO CUSTO PARA 12 MESES

1	7202157859	Hora técnica para Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos médico/laboratoriais com calibração e emissão de laudo técnico/ART	HORA	8.616	254,00	2.188.464,00
2	7202157864	Hora técnica para Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de audiometria com calibração e emissão de laudo técnico/ART	HORA	594	258,00	153.252,00
3	7202157866	Inspeção técnica, calibração e emissão de laudo técnico dos equipamentos de audiometria.	UND	44	830,00	36.520,00
4	7202157867	Hora técnica para Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de fisioterapia com calibração e emissão de laudo técnico/ART	HORA	900	226,00	203.400,00
5	7202157869	Hora técnica para Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de oftalmologia com calibração e emissão de laudo técnico/ART	HORA	1.176	245,00	288.120,00
6	7202157874	Hora técnica para Manutenção preventiva e corretiva das usinas de oxigênio com calibração e emissão de laudo técnico/ART.	HORA	540	246,00	132.840,00
7	7202157876	Hora técnica para Manutenção preventiva e corretiva das autoclaves com calibração e emissão de laudo técnico/ART.	HORA	3.672	258,00	947.376,00
8	7202157858	Valor do quilômetro rodado para a a execução dos serviços.	KM	93.000	1,76	163.680,00
9	72021555330	Peças, acessórios e materiais para manutenção dos equipamentos, TRATA-SE DE UM VALOR ESTIMATIVO E IRREDUTÍVEL, anual, RESERVADO EXCLUSIVAMENTE para a aquisição de peças, acessórios, componentes para manutenção e conserto dos equipamentos.	UND	1		R\$ 500.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 1						R\$ 4.613.652,00

LOTE 2						
ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL FINAL DO CUSTO PARA 12 MESES
10	7202157862	Hora técnica para Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos com calibração e emissão de laudo técnico/ART	HORA	3.255	R\$ 254,00	R\$ 826.770,00

11	7202158877	Valor do quilômetro rodado para a execução dos serviços.	KM	50.000	R\$ 1,76	R\$ 88.00000
12	72021555465	Peças, acessórios e materiais para manutenção dos equipamentos, TRATA-SE DE UM VALOR ESTIMATIVO E IRREDUTÍVEL, anual, RESERVADO EXCLUSIVAMENTE para a aquisição de peças, acessórios, componentes para manutenção e conserto dos equipamentos.	UND	1		R\$ 200.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 2						R\$ 1.114.770,00

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 5.728.422,00

CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os municípios consorciados atuarão como interessados neste registro de preços, sendo que a distribuição da quantidade dos serviços registrados para a execução será feita de forma centralizada pelo CONIMS.

3.2. Sendo o CONIMS o órgão gerenciador da ata e o único contratante, conforme o artigo 86, §1º da Lei 14.133/2021, e os municípios consorciados figurando apenas como interessados, a distribuição das quantidades de horas registradas para a execução do serviço de manutenção dos equipamentos será feita pelo CONIMS, sem remanejamento entre os municípios, apenas conforme as necessidades apresentadas.

3.3. Para a solicitação dos serviços de manutenção, cada município precisará indicar e informar ao CONIMS, via Ofício, um servidor responsável pelo acompanhamento da execução e fiscalização dos serviços, contendo nome completo, e-mail e telefone para contato.

3.4. Para o pedido de serviços de manutenção o servidor indicado entrará em contato com o CONIMS solicitará ao prestador registrado a execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Os prestadores registrados deverão ter ciência de que a contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência se dará na medida exata em que surgirem as demandas das Unidades de Saúde dos municípios conforme relação dos locais dispostas no item 3.3 deste Termo de Referência, uma vez que a quantidade de manutenções para o período de vigência da ata de registro de preços é apenas estimativa. Assim, as solicitações de serviços serão realizadas a critério do MUNICÍPIO, de acordo com a sua necessidade, podendo ou não, atingir a quantidade total estipulada no nesta Ata.

4.2. O local para a execução do objeto será na Sede do CONIMS na cidade de Pato Branco/PR e nos demais municípios consorciados sendo o horário de funcionamento administrativo, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda à sexta-feira.

4.3. Relação dos entes públicos interessados:

PARANÁ	SANTA CATARINA
BOM SUCESSO DO SUL	ABELARDO LUZ

CHOPINZINHO	ÁGUAS FRIAS
CLEVELÂNDIA	ARVOREDO
CORONEL DOMINGO SOARES	CAIBI
CORONEL VIVIDA	CAMPO ERÊ
HONÓRIO SERPA	CORONEL MARTINS
ITAPEJARA D'OESTE	FORMOSA DO SUL
MANGUEIRINHA	GALVÃO
MARIÓPOLIS	IPUAÇU
PALMAS	IRATI
PATO BRANCO	JUPIÁ
SÃO JOÃO	NOVO HORIZONTE
SAUDADE DO IGUAÇU	OURO VERDE
SULINA	PALMA SOLA
VITORINO	SANTIAGO DO SUL
CONIMS – CRE PATO BRANCO	SÃO BERNARDINO
CONIMS – CRE CHOPINZINHO	SÃO LOURENÇO DO OESTE
	UNIÃO DO OESTE

4.4. Fica o prestador ciente que, além dos municípios acima elencados, em caso de ingresso de novos municípios ao consórcio e estes solicitarem o serviço o mesmo deverá atendê-los em conformidade com a Dispensa e esta Ata de Registro de Preços.

4.5. Para execução dos serviços de manutenção, o prestador registrado deverá ter unidade de prestação de serviços em **distância compatível** com as necessidades da administração, em acordo com o Parágrafo 2º do Art. 47 da Lei Nº 14.133/2021, "§ 2º Na licitação de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital deverá definir o local de realização dos serviços, admitida a exigência de deslocamento de técnico ao local da repartição ou a exigência de que o contratado tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades da Administração".

4.6. A distância compatível para execução dos serviços se refere à distância geográfica ou física entre o local onde o serviço é solicitado ou onde o município está localizado, e o local onde o serviço será realizado ou prestado. Esta distância deve ser considerada adequada ou viável para que o serviço seja executado de forma eficiente, dentro de um prazo razoável e com custos aceitáveis, pois no caso de uma chamada em caráter de urgência é preciso que o prestador registrado consiga chegar o mais breve possível para poder executar o serviço de manutenção para que os serviços na área da saúde não fiquem paralisados.

4.7. Para os chamados de manutenção em **caráter de urgência** o Prestador Registrado deverá **atender em 72 horas** e, em **caráter de emergência em até 24 horas**, dessa forma a unidade do prestador precisa estar a uma distância compatível do local do chamado para que o atendimento possa ser realizado dentro dos prazos estipulados e o atendimento aos pacientes não seja prejudicado.

4.8. Os serviços serão prestados no local onde o equipamento encontrar-se instalado;

4.9. O Prestador Registrado deverá realizar a manutenção dos equipamentos no município solicitante, conforme demanda solicitada via CONIMS.

4.10. Nos casos em que a manutenção não seja possível in loco, será necessária a retirada

do equipamento para ambientes externos ao Município.

4.11. O servidor indicado pelo município deverá emitir documento de registro da saída do bem, com a data da retirada e possível data de retorno, anotando o estado em que se encontra, com detalhes do bem, aparência e condições de conservação em que está sendo retirado, de forma a deixar clara a situação que o bem foi entregue.

4.12. Como medida de segurança para ambas as partes, e na medida do necessário, informar avarias externas e internas, inclusive registrando com fotos para melhor visualização e segurança às partes da ata de registro de preços.

4.13. O Prestador Registrado deverá apresentar no orçamento, a quantidade de horas técnicas estimadas para a realização do serviço/conserto.

4.14. DESLOCAMENTO: Considerando o território que será coberto pela contratação (de todos os Municípios Consorciados), será fixado valor de deslocamento, adotando-se o parâmetro de cálculo dos quilômetros rodados da sede do CONIMS (Pato Branco) ao Município solicitante ou da sede do Prestador Registrado ao município solicitante, priorizando sempre o endereço mais próximo ao local da realização da manutenção.

4.15. O adicional de locomoção não será aplicado se o Prestador Registrado estiver sediado no município solicitante.

4.16. Foi determinado a cidade de Pato Branco como parâmetro porque é onde se localiza a Sede do CONIMS.

4.17. Será elaborado, junto ao prestador um roteiro, ou seja, se, no mesmo dia serão realizadas manutenções em mais de um município, a quilometragem deverá ser computada de um município até o outro conforme o roteiro e não de Pato Branco a cada município.

4.18. A quilometragem deverá ser calculada de acordo com o google maps, plataforma desenvolvida pelo google a partir das informações oferecidas pelo **GPS**, no qual o usuário encontra **mapas do mundo inteiro**, com a possibilidade de visualizar rotas e estimar a distância entre dois pontos.

4.19. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

4.19.1. Após o Prestador Registrado receber a requisição de manutenção, o mesmo seguirá com o agendamento prévio, junto ao Município Solicitante.

4.19.2. A manutenção preventiva consiste em procedimentos visando avaliar as condições de funcionamento das máquinas e equipamentos a fim de prevenir situações que possam ocasionar falhas ou defeitos mantendo a conservação e o seu perfeito funcionamento, obedecendo às recomendações do fabricante, detectando possíveis desgastes em peças, acessórios bem como, recomendar ao servidor indicado pelo Município, eventuais providências, que possam interferir no desempenho dos equipamentos;

4.19.3. Manutenção preventiva somente será executada mediante requisições do Servidor Indicado, formalizadas por Ordem de Serviço, cujo cumprimento será acompanhado, sempre

que necessário, pelo servidor, o qual será nomeado pelo próprio município. O prazo para a apresentação do representante/técnico do Prestador Registrado será de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento do chamado.

4.19.4. Após a realização da manutenção, o prestador registrado deverá apresentar ao Servidor Indicado pelo Município o Relatório Técnico do Serviço conforme Modelo do ANEXO X, o servidor indicado do Município irá conceder a validação do relatório, SE validado, deverá carimbar e assinar, e retorna ao prestador registrado, o qual dará andamento ao serviço, caso necessário

4.20. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA:

4.20.1. A manutenção corretiva consiste no atendimento às solicitações de serviços eventuais, ausentes de programação prévia, a serem executados em regime **normal, de urgência ou emergência**, de acordo com as ocorrências, quantas vezes forem necessárias, sempre que houver paralisação do equipamento ou quando for detectada a necessidade de correção de defeitos apresentados que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos mesmos.

4.20.2. Para os casos considerados NORMAIS (aqueles casos em que o atendimento não será afetado), o prazo máximo para a apresentação do representante/técnico do Prestador Registrado será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento do chamado;

4.20.3. Nos casos especificados como URGENTES, isto é, aqueles em que a situação pode se agravar causando riscos e/ou comprometendo a continuidade dos serviços, caso o problema não seja solucionado rapidamente, o representante/técnico do Prestador Registrado encarregado da prestação dos serviços deverá apresentar-se para o início do trabalho no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, dando solução ao problema gerador do risco;

4.20.4. Para os casos considerados como EMERGENCIAL, isto é, aqueles em que a situação-problema poderá acarretar riscos físicos para outros equipamentos ou para os usuários, ou ainda, em casos excepcionais que venham a comprometer a continuidade de serviços caracterizados como essenciais para o funcionamento das atividades na área da saúde do município, o representante/técnico do Prestador Registrado encarregado da prestação dos serviços deverá apresentar-se para o início do trabalho no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento do chamado, dando causa a solução do problema gerador do risco imediatamente.

4.20.5. Após a realização da manutenção, o prestador registrado deverá apresentar ao Servidor Indicado do Município, o Relatório Técnico do Serviço conforme Modelo do ANEXO X, o servidor indicado do Município irá conceder a validação do relatório, SE validado, deverá carimbar e assinar, e retorna ao prestador registrado, o qual dará andamento ao serviço, caso necessário.

4.21. A empresa especializada deverá, ainda:

4.21.1. Emitir a ART dos equipamentos que se exige, pois, a emissão da ART, que é um documento indispensável para identificar a responsabilidade técnica pelos serviços prestados por profissionais ou empresas, assegura à sociedade que esses são realizadas por um profissional habilitado, além de garantir segurança técnica e jurídica para quem contrata e para quem é contratado;

4.21.2. Apresentar documentação dos equipamentos de imediato quando solicitado;

4.21.3. O prestador registrado deverá oferecer suporte operacional para melhor manuseio dos equipamentos visando utilizar todas as suas finalidades e garantindo assim preventivamente maior vida útil do patrimônio;

4.21.4. Manter durante todo o prazo da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações assumidas durante a habilitação e qualificação exigida na licitação;

4.21.5. Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados dentro dos prazos e garantias acordados;

4.21.6. Prestar imediata assistência quando solicitado, no caso de dúvidas de ordem técnica, esclarecendo e orientando qual a melhor forma de agir, podendo ser via telefone ou e-mail.

4.21.7. Garantir a boa qualidade dos serviços em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes;

4.21.8. Disponibilizar e manter um canal de comunicação entre fornecedor registrado x servidor indicado pelo município x CONIMS, via e-mail, telefone, WhatsApp;

4.21.9. Informar o responsável com quem se manterá contato durante a vigência contratual;

4.21.10. Informar ao CONIMS sobre qualquer alteração em seu Contrato Social;

4.21.11. Oferecer garantia dos serviços prestados;

4.21.12. Emitir laudos técnicos dos equipamentos, conforme prazos exigidos pela vigilância;

4.22. Do Valor Reservado Para Aquisição De Peças

4.22.1. O item **PEÇAS** de cada lote **TRATA-SE DE UM VALOR ESTIMATIVO E IRREDUTÍVEL, anual, RESERVADO EXCLUSIVAMENTE** para a aquisição de peças, acessórios, componentes para manutenção e conserto do equipamento.

4.22.2. O item de peças são acessórios, "não se tratando de itens efetivamente contratados/registrados em quantidade específica e certa, mas estimada".

4.22.3. O CONIMS – ÓRGÃO GERENCIADOR não estará obrigado a repassar o valor integral proposto, ficando o pagamento atrelado à autorização e efetiva substituição de peça pelo prestador registrado e o valor da nota fiscal de venda, devidamente atestado e comprovado.

4.22.4. Serão substituídas quantas peças forem necessárias, bem como na quantidade necessária, desde que seja observado o valor limite para troca de peças e a validade da garantia da peça a ser substituída.

4.22.5. O Prestador Registrado deverá juntar ao processo pelo menos 03 (três) orçamentos coletados à época da troca da peça de forma a comprovar o valor de mercado. A qualquer

tempo, o servidor indicado do município também poderá diligenciar pesquisa de preços, sendo que o valor pago deverá sempre ser o de menor valor dos orçamentos apresentados.

4.22.6. O SERVIDOR INDICADO DO MUNICÍPIO analisará o orçamento apresentado, os respectivos custos e a necessidade da reposição de peças e/ou acessórios, bem como de aquisição de outros materiais, como proposto pelo Prestador Registrado. Após esse exame, o SERVIDOR autorizará ou não a execução dos serviços.

4.23. Do fornecimento de peças e sua aplicação

4.23.1. O recurso financeiro do item de peças, será utilizado somente em caso de necessidade devidamente atestada pelo SERVIDOR INDICADO DO MUNICÍPIO.

4.23.2. O Prestador Registrado deverá comunicar formalmente ao servidor responsável indicado do município a necessidade de substituição das peças, seja em função do desgaste natural decorrente da utilização ou de defeitos técnicos, por outra de configuração idêntica ou superior, originais e novas, por ocasião da execução de manutenção. Cabe o uso de peças usadas e em bom estado de conservação quando não for possível encontrar aquelas recomendáveis pelo fabricante do equipamento a ser consertado.

4.23.3. O Prestador Registrado assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de reposição e materiais de consumo necessários à revisão, fixação, correção, limpeza, testes, recarga, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos cuja manutenção seja objeto desta licitação;

4.23.4. Entende-se por materiais de reposição, de forma exemplificativa: parafusos, roscas, bielas, anéis, borrachas de vedação, fusíveis, correias, mangueiras e demais peças necessárias para o correto funcionamento dos equipamentos;

4.23.5. Entende-se por materiais de consumo, de forma exemplificativa: álcool, benzina, estopa, flanela, fita isolante, soldas, graxa, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás, produto de limpeza não abrasivo e biodegradável, necessários à manutenção preventiva dos equipamentos recomendados pelo fabricante e correlatas.

4.23.6. Constatada a necessidade de substituição de peças nos equipamentos, seu fornecimento e instalação obedecerão às seguintes etapas:

1. Emissão de relatório circunstanciado, pelo Prestador Registrado, especificando o defeito apresentado e as peças que necessitam ser substituídas;
2. Envio de três orçamentos ao SERVIDOR INDICADO DO MUNICÍPIO para análise e autorização da aquisição das peças;
3. Fornecimento das peças pelo Prestador Registrado;
4. Instalação das peças pelo Prestador Registrado.

4.23.7. Todas as peças fornecidas e instaladas pelo Prestador Registrado deverão ser genuínas ou recomendadas pelo fabricante, de configuração idêntica ou superior;

4.23.8. Todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos deverão ser descartados mediante aprovação do técnico responsável do município e envio da Declaração de Peças Danificadas, constante no Modelo do ANEXO XI pelo Prestador Registrado ao

SERVIDOR INDICADO DO MUNICÍPIO que, após recebimento, aprovação dessa declaração e, após a validação da substituição pelo técnico, tais componentes poderão ser descartados.

4.23.9. Caso haja impossibilidade de apresentação das peças no prazo indicado, o Prestador Registrado deverá apresentar documento justificando a impossibilidade do fornecimento e instalação;

4.23.10. A instalação de qualquer peça nos equipamentos será de responsabilidade exclusiva do O Prestador Registrado, que não poderá impor ao O CONIMS – ÓRGÃO GERENCIADOR, por tais aplicações, qualquer ônus adicional aos preços contratados para os serviços de manutenção.

4.23.11. Todos os serviços de manutenção de equipamentos (hora técnica) e peças devem ter garantia mínima de 03 (três) meses a contar da data da manutenção do equipamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. A subcontratação nas contratações públicas está prevista na Lei n.º 14.133/2021, a qual estabelece o seguinte:

5.2. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

5.3. § 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

5.4. § 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.5. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, devido à sua complexidade, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

5.5.1. Em relação a eventual subcontratação de terceiro, o Prestador Registrado deverá informar, previamente a razão social da empresa subcontratada e assumir a responsabilidade pelas ações por estas realizadas, com níveis de qualidade compatíveis com os serviços contratados/prestados;

5.5.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Prestador Registrado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante ao O CONIMS – ÓRGÃO GERENCIADOR pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

5.5.3. O Prestador Registrado não poderá utilizar mão de obra de terceiros, sem expressa

e prévia autorização do CONIMS - ÓRGÃO GERENCIADOR e desde que atendidas as demais exigências expressas na Dispensa e nesta Ata, permanecendo integralmente responsável pela segurança e integridade física do bem contra danos materiais, furto, roubo, incêndio, intempéries da natureza de qualquer espécie, independentemente da existência de culpa ou dolo, que venha a atingir o patrimônio da União de forma parcial ou total, não transferindo a responsabilidade à subcontratada.

5.5.4. Somente será aceita a subcontratação quando o Prestador Registrado não puder atender a determinado tipo de equipamento, seja por conta do modelo/marca ou a sua alta complexidade.

5.5.5. Qualquer outra situação não contemplada anteriormente, deve ser analisada com o fiscal/gestor do contrato para a decisão de sua aplicabilidade ou não.

5.6. Por ocasião da Execução do contrato, o prestador subcontratado e autorizado pelo setor de contratos a executar a fração considerada de alta complexidade também deverá declarar que não se enquadra dentre as hipóteses do artigo 122, §3º da Lei de Licitações.

5.7. Quanto ao pagamento pelos serviços do (s) subcontratado (os) será de expressa responsabilidade do Prestador Registrado, o qual ficará incumbido de fazer os devidos repasses sem que o CONIMS seja responsabilizado para tanto.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de 25/08/2025 ou enquanto não for homologado o próximo processo de manutenção de equipamentos médicos/hospitalares, não podendo ser prorrogada.

CLÁUSULA SÉTIMA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. A execução da ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) e gestor da ata de registro de preços, ou pelos respectivos substitutos de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.3. O fiscal desta ata de registro de preços, bem como o gestor, são os designados conforme Resolução nº 107/2023 CONIMS.

CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas geradas em função do objeto ocorrerão por conta das dotações orçamentárias:

02.001.10.302.0002.2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 - Fonte 076 (para serviços)

02.001.10.302.0002.2.002.3.3.90.30.00.00.00.00 - Fonte 076 (para peças).

CLÁUSULA NONA - EMISSÃO DA NOTA FISCAL

9.1. Mediante Autorização de Fornecimento o Prestador Registrado deverá emitir Nota Fiscal ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 – Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 – Inscrição Estadual: Isenta – Inscrição Municipal: 247858.

9.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida informando o número do processo licitatório e da solicitação de fornecimento, os itens conforme registrados, e ainda: banco, agência e conta corrente no mesmo CNPJ contratado/registrado.

9.3. O cálculo dos impostos e tributos é de responsabilidade do emitente, sendo obrigatória a retenção do IRRF na forma da IN RFB 1234/2012 e Resolução CONIMS 169/2023.

9.4. A nota fiscal deverá ser enviada ao e-mail: manutencao@conims.com.br no ato de sua emissão.

9.5. Havendo erros na emissão da Nota Fiscal a mesma deverá ser substituída ou anulada.

9.6. Constatados erros na prestação dos serviços e/ou entrega dos itens solicitados ou demais circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até que o prestador registrado providencie as medidas saneadoras.

CLÁUSULA NONA - VENCIMENTO E PAGAMENTO

9.1. A competência é mensal, o vencimento se dará até o dia 30 do mês posterior a competência e o pagamento será realizado em moeda corrente nacional, através de crédito, DOC ou TED na conta corrente pessoa jurídica no mesmo CNPJ registrado.

9.2. No decorrer do processo, caso seja necessária alteração de banco, agência e/ou conta corrente deverá ser solicitado ao Setor de Tesouraria deste CONIMS.

9.3. O pagamento se dará até o vencimento.

9.4. O pagamento não será realizado através de boleto bancário.

9.5. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos serviços solicitados e executados.

9.6. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365 \times EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

9.7. Em caso de Processo Administrativo de apuração de responsabilidade instaurado em face do Prestador, ainda que para Ata diversa, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

9.8. O prestador registrado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS (CRF), de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). E caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, o prestador será notificado para regularização, caso não seja solucionado, serão tomadas as medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – REAJUSTE

10.1. Os valores registrados não serão reajustados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REEQUILIBRIO DE PREÇOS

11.1. Os valores registrados poderão ser alterados ou atualizados nas seguintes situações:

11.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto da Lei nº 14.133 de 2021;

11.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.1.3. A solicitação de reequilíbrio econômico deverá ser devidamente comprovada, mantidos os valores dos meses anteriores.

11.1.4. O pedido de reequilíbrio não tem efeito suspensivo.

11.1.5. O pedido será analisado pelo setor competente do CONIMS no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos e, em havendo necessidade de juntada de novos documentos ou a correção/esclarecimento dos apresentados, o agente os requisitará, indicando prazo para o seu atendimento.

11.1.5.1 No caso de necessidade de juntada de novos documentos, diligências ou outras providências por parte do Interessado, o prazo para análise fica suspenso.

11.1.6. Regularizada a instrução e sendo deferido o reequilíbrio, este produzirá efeitos retroativos à data da solicitação, cujo acréscimo será pago na fatura pendente ou, em não havendo, em pagamento complementar.

11.1.7. Não regularizada a instrução na oportunidade a que se refere o item anterior, sendo necessárias complementações ou mais esclarecimentos, o pedido de reequilíbrio, se deferido, terá efeitos retroativos a contar da última manifestação do Prestador.

11.1.8. O pedido de reequilíbrio econômico financeiro deverá ser enviado ao e-mail licitacao@conims.pr.gov.br e instruído com os seguintes documentos:

11.1.9. Requerimento assinado pelo representante legal da empresa.

11.1.10. Cópia de documentos que comprovem o alegado (notas fiscais anteriores e

posteriores ao processo, ofício/carta de laboratório e outros documentos que se entender necessário.

11.1.11. Demonstrativo abaixo preenchido (um para cada item):

Processo nº 228/2025 – Dispensa de Licitação nº 014/2025	
Nº do Item:	
Descrição do Item:	
Marca:	
Dados que serviram de base para oferta de preços na dispensa de licitação	Dados para comprovar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro
Preço registrado na dispensa de licitação	Novo preço proposto
Preço de compra antes da dispensa de licitação	Preço de compra atual
Data da compra	Data da compra
Nº da Nota fiscal	Nº da Nota fiscal
% da margem sobre o preço de compra*	% da margem sobre o preço de compra*

* Referente a porcentagem da margem sobre o preço de compra poderá ser solicitado detalhadamente, por exemplo de: Frete, Imposto, Custos indiretos e Diretos entre outros.

11.2. O CONIMS, poderá a qualquer tempo, mediante prévia notificação ao Prestador, reduzir o preço contratado, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado.

11.3. Antes de deferir o pedido de reequilíbrio, poderá o CONIMS consultar o preço praticado pelas licitantes incluídas no cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para registrar com a empresa que apresentar o menor preço, liberando a requerente do compromisso de entregar os materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR REGISTRADO

12.1. O Prestador Registrado deverá cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

12.2. Executar diretamente a ata de registro de preços na forma ajustada, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, mesmo parcialmente, as obrigações assumidas.

12.3. Responsabilizar-se pela execução dos serviços dentro dos prazos previstos e padrões de qualidade e quantidades exigidas, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor.

12.4. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pelo CONIMS quanto à execução da ata.

12.5. Comunicar imediatamente ao CONIMS toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução da ata.

12.6. O prestador registrado é responsável por danos causados ao CONIMS, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da ata, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por

órgão ou responsável do CONIMS.

12.7. Levar imediatamente, ao conhecimento do Fiscal da ata de registro de preços, qualquer fato anormal ou extraordinário que ocorrer na execução do objeto, para adoção das medidas cabíveis.

12.8. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais e pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

12.9. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e demais despesas direta ou indireta resultantes da adjudicação desta Licitação.

12.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONIMS.

12.11. Comunicar ao CONIMS as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social e demais alterações que por ventura vierem a acontecer enquanto da vigência da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

13.1. Efetuar o pagamento ao prestador registrado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência.

13.2. Comunicar ao prestador registrado qualquer irregularidade constatada na execução da ata, exigindo que a mesma tome as providências necessárias para sanar os problemas.

13.3. Acompanhar e fiscalizar a execução da ata e o cumprimento das obrigações pelo prestador registrado.

13.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo prestador registrado, de acordo com a ata de registro de seus anexos.

13.5. Prestar ao prestador registrado todas as informações e os esclarecimentos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas.

13.6. Proporcionar todas as facilidades para que o prestador registrado possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos, normas e condições preestabelecidas na proposta;

13.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo prestador registrado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata de registro de preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do prestador registrado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da ata de registro de preços que eventualmente venha a ser firmada, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3. É dever do prestador registrado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres,

requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o prestador registrado, mediante culpa ou dolo que:

- a)** Der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços, assim entendido o não atendimento da quantidade total solicitada, o atraso na entrega, a entrega de item diverso do registrado ou outra irregularidade que não gere a inexecução total, mas viole obrigações contratuais em caráter parcial;
- b)** Der causa à inexecução total da ata de registro de preços, assim entendido o não ~~atendimento~~ do objeto da Ata em sua integralidade, em casos em que o pedido de fornecimento conter a sua totalidade;
- c)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do registro de preços sem motivo justificado;
- d)** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata de registro de preços;
- e)** Praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços;
- f)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao prestador registrado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência**, quando o prestador registrado der causa à inexecução parcial ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b” e “c” do subitem acima desta ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima desta ata, bem como nas alíneas “b” e “c”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

d) Multas (cumulativas ou não):

1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a 31 dias autoriza a Administração a promover a extinção da ata de registro de preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, sem prejuízo da multa.

2) Compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do pedido de fornecimento ou do item pertinente, nos casos de inexecução parcial, não previstos no item anterior ou de

qualquer outra irregularidade do objeto, em valor não inferior a R\$ 1.500,00 e, se em valor excessivo, passível de redução a critério do julgador.

3) Compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da ata, no caso de inexecução total do objeto, passível de redução a critério do julgador;

15.3. A aplicação das sanções previstas nesta ata de registro de preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao órgão gerenciador.

15.4. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

15.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONIMS ao prestador registrado, além da perda desse valor, terá a diferença descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, se inerte o prestador no seu recolhimento administrativo, no prazo máximo de 30 (trinta) a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CONIMS.

15.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao prestador registrado, observando-se o procedimento previsto na Resolução CONIMS n.º 233/2023 ou outra que vier a substituí-la.

15.8. Na aplicação das sanções serão considerados, inclusive para fins de agravamento:

- a)** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** As peculiaridades do caso concreto e os antecedentes;
- c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** Os danos que dela provierem para o órgão gerenciador;
- e)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.9. A personalidade jurídica do prestador registrado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o prestador registrado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma da Resolução CONIMS n.º 233/2023 ou outra que vier a substituí-la.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CANCELAMENTO/EXTINÇÃO DA ATA

16.1. A Ata de Registro de Preços se extingue quando vencido o prazo estipulado,

independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, o que pode ensejar apuração em processo administrativo, observado o prazo prescricional.

16.2. Cancelamento do registro do prestador:

16.2.1. O registro do prestador será cancelado pelo CONIMS, observado o devido processo legal, quando o prestador:

- I - Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa razoável;
- III - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de o mesmo tornar-se superior aos praticados no mercado;
- IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.2.2. Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao prestador não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o CONIMS poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

16.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do prestador, o CONIMS poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e as particularidades do caso, em especial, o valor de mercado do item.

16.3. Cancelamento do preço registrado

16.3.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo CONIMS em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I - Por razão de interesse público;
- II - A pedido do prestador, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III - Se não houver êxito nas negociações, nos casos em que o preço se tornar superior aos praticados no mercado, conforme art. 16 e 17 da resolução CONIMS n.º 173/2023 ou outra que a substituir.

16.4. Caso o prestador registrado se recusar a assinar a Ata ou houver cancelamento do registro de preços, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Dispensa de Licitação, o CONIMS convocará os demais proponentes conforme a ordem de classificação, observando:

16.4.1. Os proponentes que aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do adjudicatário (vencedor);

16.4.2. Os proponentes que mantiverem sua proposta original;

16.5. Por acordo entre as partes, precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente do CONIMS e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – AÇÕES JUDICIAIS

17.1. Qualquer ação judicial contra o CONIMS, oriunda da execução da ata de registro de preços pelo prestador registrado, ou mesmo que venha o CONIMS compor a lide, será de exclusiva responsabilidade do prestador registrado, o qual arcará com todas as despesas de qualquer natureza que do ato resultar, ressarcindo o CONIMS todo e qualquer valor que for obrigado a desembolsar em razão dessas ações judiciais, extrajudiciais ou reclamações administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Para resolver os conflitos e dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Pato Branco/PR.

E por assim estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e na presença de duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.

Pato Branco/PR, 20 de agosto de 2025.

Ricardo Baptista de Almeida
Prestador Registrado

Vilmar Schmoller
Órgão Gerenciador

Testemunhas:

Ana Paula da Silva
CPF ***.309.***-**

Dayane Gomes Coutinho Tavares
CPF ***.650.***-**

Assinantes

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

WED**PPN****830****DNL**